

## OS IMPACTOS DA PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA (PEC 287/2016) SOBRE O TRABALHADOR RURAL E AS REPRESENTAÇÕES DA MÍDIA

Adrielle A. R. Alves, Bruna S. da Silva, Evellyse M. S. Moraes, Rafael V. Moraes, Leonardo T. de Sousa, Paulo H. Braga

<sup>1</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – Campo Grande -MS

[lysemoraes1@gmail.com](mailto:lysemoraes1@gmail.com), [leonardo.sousa@ifms.edu.br](mailto:leonardo.sousa@ifms.edu.br)

**Palavras-chave:** Previdência Social, Trabalhador do campo.

### Introdução

No Brasil, a questão agrária, na sua mais ampla acepção, sempre se caracterizou pela complexidade, sobretudo no que tange as relações de produção e o papel dos trabalhadores do campo. Parte dessa complexidade surgiu das variadas formas sob as quais o trabalho no campo se organizou, sob a égide do capital. Dessa forma, toda estruturação do trabalho no campo partiu de elementos que conjugavam o tradicionalismo do “homem do campo” com a modernidade capitalista que, de forma gradual, se apropriou do espaço rural, bem como, do próprio trabalho daquele que lá vivia. Portanto, desde a produção pautada na unidade familiar, com elementos artesanais, até a grande empresa maquinizada e assentada no trabalho assalariado, conviveram no mesmo espaço, expressando as contradições entre trabalho e capital.

### Metodologia

A pesquisa está assentada em três frentes de trabalho. A primeira conta com um amplo levantamento e revisão da bibliografia a respeito dos temas: questão agrária no Brasil e no estado do MS, a questão do trabalho e do trabalhador, e Previdência Social. A segunda é um levantamento de fontes primárias, como notícias e editoriais divulgados em diversos meios de comunicação, como jornais de circulação nacional e local, e websites, além de todas as versões da PEC 287/2016. Este material auxiliará no mapeamento dos debates propostos na imprensa a respeito da PEC em questão. Será realizada uma triagem desse material para que se determine as diferentes matizes de posicionamentos políticos, sobretudo por meio dos editoriais e sites de opinião. A terceira frente é dedicada ao exame das representações e alcance das campanhas de marketing promovidas pelo governo federal (favorável), e dos movimentos sociais contrários à PEC. Algumas entrevistas já foram realizadas com funcionários da AGRAER e do INCRA na cidade de Campo Grande MS. Contudo, novas visitas e entrevistas serão realizadas a estas instituições com o objeto de se conhecer os seus posicionamentos a respeito da proposta da PEC 287/2016. Serão também realizadas entrevistas e aplicação de questionários aos trabalhadores rurais da cidade de Campo Grande.

### Análise e Discussão

Os estudos sobre a questão previdenciária ainda deixam de lado o aprofundamento de suas consequências sociais para o trabalhador rural, e uma das hipóteses levantadas diz respeito ao desconhecimento das principais categorias

sociológicas, que buscam compreender as dinâmicas e transformações sociais no campo. Sociologicamente, a característica principal para a identificação do agricultor familiar, por exemplo, está relacionada às relações sociais de produção, sendo outros elementos complementares, como: área, tecnologia empregada, volume de produção etc. Faz-se necessário também esclarecer as diferenças entre empregado rural e empregador rural, pois, essa relação pode ocorrer de maneira diferente na pequena propriedade – de caráter familiar – e no latifúndio. Assim, sem a devida compreensão das categorias sociológicas que esclarecem quem são os agentes sociais no campo, além das análises sobre como se procedem as relações de produção no meio rural, as propostas de reforma da Previdência não atendem as demandas essenciais dos trabalhadores do campo. As especificidades desse setor não são colocadas em discussão na Câmara dos deputados federais e no Senado, logo, uma legislação social trabalhista, deveria, antes de tudo, captar a complexidade das relações de trabalho vigentes no campo (PRADO, JR, 1979). Contudo ocorre certa generalização da ideia de trabalhador – contribuinte –, colocando no mesmo patamar os trabalhadores urbanos e rurais, com a finalidade de promover reformas a toque de caixa, ausentando do debate uma parcela considerável da sociedade civil.

### Conclusão

Os principais pontos da reforma visam alterar a idade e tempo de contribuição para garantir aposentadoria. Altera também as regras para pensões e as de transição. Não propõe um debate mais amplo com diferentes setores da sociedade, nem considera plenamente as especificidades do trabalhador rural. Verifica-se ainda que as justificativas do governo para lançar a PEC vão de encontro aos dados apresentados pela ANFIP, que mostram sucessivos superávits da Previdência desde 2006. A pesquisa ainda está em execução e acompanha as decisões sobre o tema em âmbito federal.

### Agradecimentos

Agradecemos a nossos orientadores por toda dedicação e paciência que tem dedicado a nós e ao projeto. Em específico ao Prof. Me. Thiago B. Castro, que mesmo com a distância e dificuldades de comunicação, não nos abandonou.

### Referências

PRADO Jr., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.  
GRAZIANO DA SILVA, J. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Apoio:

Realização: